

Jornal de Brasília

Editorial - Brasil

A reação cabível

Na idéia matriz das decisões políticas que vão ser praticadas amanhã no Palácio do Planalto, a de que "o governo está sendo atacado e precisa desencadear uma reação", consubstancia-se importante erro de diagnóstico do qual obviamente haverá de resultar erro de terapêutica. O governo não está sendo atacado e nem precisa reagir no sentido maniqueísta que aquela expressão transmite. O governo está sendo, isto sim, advertido até pelos mais proeminentes líderes do PDS para o fato evidente de que há um erro fundamental de condução do processo econômico virtualmente capaz de derrogar todos os notáveis êxitos deste mesmo governo em matéria política. A reação que precisa ser desencadeada é no sentido de mudar a estratégia de enfrentamento da crise. A "reação" no sentido de defender a estratégia atual só será eficaz se o governo dispuser de informações, e as queira dar, inteiramente desconhecidas da sociedade e que sejam eloquentes o bastante para justificarem o que vai sendo feito.

A convicção generalizada da sociedade, fundada nas informações que tem, é a de que o país chegou a impasse de tal ordem que a compatibilização de suas obrigações externas com os interesses internos não mais pode ser obtida. O que se tem a fazer agora é transferir para os problemas internos a atual ênfase nos problemas externos, uma vez que, inviabilizada a conciliação de ambos, a prioridade daqueles apresenta-se inelutável.

O modelo de administração econômica adotado há muito tempo no Brasil, agora reforçado pelo acordo com o FMI, é conceitualmente inviável: não é factível a idéia de que todos os países devam obter superavit comercial. Para que um o tenha é indispensável que outro esteja em déficit. No momento há uma crise de mer-

cado, efeito persistente de um conjunto de fatores entre os quais sobressai a revolução dos preços do petróleo. Ante um problema grave de mercado é inútil, para um país desestruturado como o Brasil, desencadear a guerra de preços. Ela poderá eventualmente melhorar o perfil da balança comercial mas não o fará sem gravíssimas consequências internas, como as que se estão desenhando através do subsídio que a sociedade brasileira concede ao consumidor estrangeiro.

Além do fato de que a meta do superavit comercial eleita pelo FMI é de dificilíma implementação, sobrevém a circunstância de que o próprio Acordo não está assegurado. O país não terá condições de pagar os créditos de antecipação (bridge loans) que obteve entre novembro e janeiro últimos e já está tentando renegociá-los; a inflação se elevará para nível bastante superior aos 76 por cento fixados no Acordo; o Projeto 4 (crédito interbancário) está encontrando as mais sérias dificuldades. Esta conjugação de adversidades poderá, a qualquer momento, inviabilizar o Acordo com o FMI, reinstando-se então, o cenário da moratória.

Como os fatos mostram, acha-se amplamente configurada a inocuidade da perseguição dos objetivos nacionais pelos caminhos traçados pelas autoridades econômicas. Há que reestudá-los antes que lesionem mais profundamente os interesses internos. A nosso ver, salvo, como dissemos, se sobrevierem informações ainda não disponíveis para a sociedade, essa é a "reação" cabível e desejada por quantos estejam sinceramente convictos da necessidade de defender o patrimônio político que o país, sob o governo Figueiredo, construiu nos últimos tempos. Não podemos colocá-lo ante o risco de um colapso da economia.